



# SISTEMATIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA DELEGAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DOS PALOP

- Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau,  
Moçambique, São Tomé e Príncipe -

(2 a 7 de Julho de 2007, Fortaleza/Brasil)



Actividades realizadas em paralelo à:



Iniciativa organizada por:



Projecto co-financiado por:



**act:onaid**

ActionAid International

*IFSN Project Global Coordination*

Rua Santa Luzia, 651/17º floor; CEP 20030-041

Rio de Janeiro – RJ – Brazil

Phone: +55-21 2189-4600

E-mail: [49Hifsn@actionaid.org](mailto:49Hifsn@actionaid.org)

Website: [www.ifsn-actionaid.net](http://www.ifsn-actionaid.net)

Julho de 2007

## ÍNDICE

1. Antecedentes da iniciativa .....	3
2. Objectivos da iniciativa .....	4
3. Programa das actividades desenvolvidas .....	5
4. Síntese das principais actividades .....	7
5. Conclusões .....	16
6. Plano de Acção Conjunto .....	17
7. Avaliação da iniciativa pelos participantes .....	20

## ANEXOS

I. Descrição do Projecto IFSN/ActionAid .....	23
II. Declarações do Lubango .....	25
III. Listagem de Participantes em Fortaleza .....	28
IV. Introdução aos temas em debate e Justificativa .....	29
V. Objectivos e descrição da III CNSAN .....	31
VI. Declaração de Fortaleza dos PALOP .....	32
VII. Termos de Referência .....	34
VIII. Notas de Imprensa .....	39

### Sumário Executivo

A convite do *Projecto IFSN – “Construindo Redes de Segurança e Soberania Alimentar”* implementado pela ActionAid, uma delegação da sociedade civil de todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – reuniu-se em Fortaleza (Brasil) entre os dias 2 e 7 de Julho de 2007 para participar na *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* e realizar um conjunto de actividades paralelas com o objectivo de trocar experiências entre si relacionadas com a construção institucional da segurança alimentar e nutricional (SAN), da soberania alimentar e do direito humano à alimentação, bem como conhecer a experiência do Brasil nessa matéria. Entre as várias actividades realizadas inclui-se o Seminário “*A Sociedade Civil e Segurança Alimentar nos PALOPs: Possibilidades de Articulação em Rede*”, uma “*Acção de Formação sobre o Direito Humano à Alimentação*”, vários *Trabalhos de Grupo* e um Workshop sobre “*Experiências internacionais de construção da soberania e da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação*”. As organizações da sociedade civil dos PALOP decidiram iniciar conjuntamente um trabalho de articulação em rede de forma a poderem participar com maior qualidade no diálogo com os respectivos governos e organismos internacionais entre os quais a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), a União Europeia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no sentido de contribuir para a discussão de políticas soberanas SAN e para o reforço do princípio do direito humano à alimentação. Para tal constituíram uma comissão instaladora e definiram um plano de acção conjunto. Este documento contém uma descrição dessa iniciativa e nele se sintetizam as actividades e discussões desenvolvidas, as principais conclusões e as acções a realizar conjuntamente entre os países.

## 1. ANTECEDENTES DA INICIATIVA

---

Esta iniciativa surge no seguimento dos esforços do Projecto IFSN – “Construindo Redes de Segurança e Soberania Alimentar” da ActionAid em apoiar a sociedade civil dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) no sentido de fortalecer as suas organizações para trabalharem na temática da segurança alimentar e nutricional reforçando o princípio do direito humano à alimentação. Seguidamente listam-se os principais antecedentes que envolveram alguns destes países:

- ✓ O **Projecto IFSN** vem sendo implementado pela **ActionAid** desde 2004 e co-financiado pela União Europeia em parceria com mais de 450 organizações locais e nacionais da sociedade civil e 19 redes dos países do Sul, contando também com a colaboração da Ayuda en Acción, FIAN International, ICCO, Plataforma Portuguesa de ONGD entre outras organizações internacionais. Este projecto tem como **principal objectivo fortalecer e/ou criar redes nacionais de segurança ou soberania alimentar** que facilitem o diálogo amplo entre os diferentes actores da sociedade civil, governos e doadores e que contribuam para a implementação efectiva dos marcos institucionais e legais do direito humano à alimentação nos países do Sul. (Ver mais detalhes sobre o Projecto IFSN no Anexo I).
- ✓ **Moçambique foi o país africano de língua portuguesa que fez parte da lista de “países prioritários” aceite pela União Europeia aquando da candidatura do Projecto IFSN.** Por esse motivo, a Rede da Sociedade Civil pela Soberania Alimentar de Moçambique (ROSA) foi criada em 2003 e fortemente impulsionada pelo IFSN a partir de 2004. Contudo, no início de 2005 os demais PALOP foram formalmente incluídos pela União Europeia no Projecto IFSN como “países não prioritários” abrindo-se a perspectiva de apoiar esse processo de criação de redes nesses países, ainda que com recursos limitados. Também a **Plataforma Portuguesa das ONGD se associa nesse ano ao IFSN** no sentido de contribuir para esse objectivo, tendo-se realizado em Lisboa um seminário sobre segurança alimentar para divulgação do tema. Por essa altura foi discutido o plano de apoio à criação de redes nos PALOP.
- ✓ Em 2006 foi elaborada uma **candidatura ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) solicitando apoio a este organismo de cooperação para o fortalecimento de redes da sociedade civil para a segurança alimentar nos PALOP** e de uma rede sub-regional envolvendo esse conjunto de países. Infelizmente a candidatura não pode ser aprovada por falta de recursos mas os diversos parceiros continuaram seus esforços para tentar viabilizar esse projecto.
- ✓ Em **Fevereiro de 2007** o IFSN, a Plataforma Portuguesa das ONGD e o Chapitô (ONG Portuguesa) organizaram em Lisboa o evento **“Enlaçando Experiências: uma tertúlia com Segurança Alimentar”** na qual participaram diversas ONG e outras organizações portuguesas para discutir conjuntamente essa temática.
- ✓ Em **Março e Abril de 2007** a ActionAid e o IFSN **facilitaram e organizaram a visita ao Brasil e a Moçambique de elementos da Comissão Organizadora do “Iº Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP”** que decorrerá em Luanda no próximo mês de Outubro, tendo providenciado contactos entre elementos dessa comissão e várias organizações sociais e governamentais, redes e universidades desses países. Esta comitiva foi coordenada pela Dr. Rosa Pacavira, também coordenadora do comité executivo do referido simpósio.

- ✓ Nesse contexto, a FAO e a ActionAid propuseram a **revisão do programa do “Iº Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP”** para que o mesmo pudesse gerar a oportunidade de um diálogo frutífero entre governos dos países da CPLP (através do apoio da FAO) e sociedade civil (através do apoio do IFSN) contribuindo, assim, para o reforço desse processo. Negociações neste sentido estão em curso, mas acreditamos que será difícil face ao tempo disponível e aos diferentes objectivos patentes no programa até agora conhecido.
- ✓ Em Junho de 2007, a ActionAid e o Projecto IFSN em parceria com a FAO e o Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, organizaram em **Angola (Lubango) o Seminário Internacional “Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”, nos dias 12 a 14 desse mês**. Outras organizações como a ADRA (Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente de Angola), o Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA) e a Escola Superior Agrária de Coimbra participaram também na comissão organizadora desse Seminário. Neste evento foi **aprovada a criação da Rede Angolana para a Segurança Alimentar** com ampla cobertura da imprensa angolana e participação do Governo Angolano (Ver Declarações do Seminário no Anexo II). Foram também partilhadas experiências com outros países nomeadamente Brasil e Moçambique. O relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, enviou uma carta a estas organizações reiterando a relevância desta iniciativa no actual contexto angolano. (Ver detalhes do Seminário em <http://www.seminariolubango.org/>).
- ✓ É neste contexto que o IFSN entendeu ser uma excelente oportunidade a reunião de diversas organizações e redes dos países africanos de língua portuguesa em paralelo à *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* do Brasil (III CNSAN) que decorreu em Fortaleza no início do mês de Julho. **O IFSN, enquanto responsável por organizar a vinda de delegações estrangeiras da sociedade civil à III CNSAN, decidiu organizar também uma série de actividades paralelas nas quais se lançou o repto da dinamização de redes nacionais também em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, assim como uma rede do espaço africano de língua portuguesa conforme descrição a seguir apresentada.**

## **2. OBJECTIVOS DA INICIATIVA**

---

A vinda delegação da sociedade civil dos PALOP para participar nas actividades paralelas à III CNSAN teve os seguintes objectivos:

- **Conhecer o marco legislativo e a institucionalidade brasileira em torno da temática da segurança alimentar e nutricional** olhando, em particular, a institucionalização do sistema nacional nessa matéria e a incorporação do Direito Humano à Alimentação na sua legislação;
- **Discutir e conhecer a experiência dos PALOP de construção institucional em torno da segurança alimentar e nutricional**, com incidência particular no Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) e na Rede das Organizações da Sociedade civil para a Soberania Alimentar de Moçambique (ROSA/IFSN).
- **Conhecer e partilhar outras experiências internacionais**, nomeadamente com a América Latina, relacionadas com essa temática do ponto de vista da mobilização social e sua intervenção na formulação e monitoramento de políticas públicas;

- Reforçar a articulação da sociedade civil dos países de língua portuguesa em torno de uma rede temática de segurança alimentar e discutir as próximas actividades em conjunto, assim como nomear uma comissão instaladora para a futura rede sub-regional e elaborar um plano de acção com esse objectivo.

Nota: No Anexo III encontra-se uma listagem das organizações participantes e no Anexo IV uma introdução aos temas em debate e justificação para esta iniciativa.

### 3. PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

---

#### Dia 2 de Julho

#### SEMINÁRIO INTERNACIONAL: "A SOCIEDADE CIVIL E SEGURANÇA ALIMENTAR NOS PALOPs: POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO EM REDE"

*Local: Hotel Delphia Mistral (Fortaleza, Brasil)*

#### 09:00H – 09:30H Sessão de Abertura

*Francisco Sarmento (Director da área de Direito à Alimentação da ActionAid Internacional)*

*Marta Antunes (Coordenadora Global do Projecto IFSN/ActionAid)*

#### 09:30H – 10:00H Experiência de construção de redes da Sociedade Civil: O projecto IFSN

*Marta Antunes (Coordenadora Global do Projecto IFSN/ActionAid)*

#### 10:00H – 10:30H A Experiência da ROSA em Moçambique

*Filipe Pequenino (ROSA – Rede de organizações pela Soberania Alimentar e Coordenador do IFSN para a Região África)*

#### 10:30H – 11:00H Discussão

#### 11:00H – 11:30H Coffee Break

#### 11:30H – 12:00H A criação da Rede em Angola: primeiros passos

*Francisco Sarmento (Director da área de Direito à Alimentação da ActionAid Internacional)*

*Rosa Pacavira (Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto – Angola)*

#### 12:00H – 12:20H A experiência da Guiné-Bissau

*João Sarion Handem Júnior (PLACON GB)*

#### 12:20H – 12:40H A experiência de Cabo Verde

*Avelino Bonifácio Lopes (PONGs)*

#### 12:40H – 13:00H A experiência de São Tomé e Príncipe

*Maria do Céu Carvalho (FONG)*

#### 13:00H – 13:30H Discussão

#### 13:30H – 14:30H Almoço

#### 14:30H – 15:00H A experiência brasileira na implementação do marco institucional e jurídico do Direito Humano à Alimentação

*Renato Maluf (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Brasil)*

#### 15:00H – 15:30H Discussão

#### 15:30H – 16:00H A participação social nas políticas de SAN nos PALOP: desafios da articulação em rede

*João Pinto (Consultor internacional)*

#### 16:30H – 17:00H A Experiência de Capacitação sobre SAN do Projecto FODEPAL/FAO

*Enrique De Loma-Ossorio (FODEPAL e Instituto de Estudos del Hambre)*

#### 17:00H – 17:15H Coffee Break

#### 17:15H – 18:00H Proposta de acção conjunta nos PALOP: Trabalhos de Grupo

#### 18:00H – 18:30H Conclusões dos trabalhos de grupo e Discussão

#### 18:30H Encerramento

## Dia 3 de Julho

### 09:30H – 10:30H Sessão de Recepção aos convidados internacionais

*Intervenções de: Francisco Menezes (Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional); Milton Rondó (Coordenador Geral de Acções Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores); José Carlos Tubino (Representante da FAO no Brasil) e Patrus Ananias (Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)*

### 10:30H – 11:30H Introdução à III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

*Renato Maluf (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Brasil)*

#### Objectivos:

- Apresentar da experiência brasileira em SAN
- Explicar os objectivos, conteúdo e dinâmica da III CNSAN
- Estimular a contribuição das experiências internacionais para os debates durante a III CNSAN

### 11:30H – 12:00H Discussão

#### Pausa para Almoço

### 14:00H – 15:30H Capacitação sobre “Diagnósticos rápidos do Direito à Alimentação”

*Carmen Lahoz (Consultora Internacional) e Enrique De Loma-Ossorio (Instituto de Estudos del Hambre)*

### 15:30H – 16:00H Discussão

## Dia 4 de Julho

Participação livre nas actividades específicas da III CNSAN (Ver Objectivos e Programa no Anexo V).

### 18:30H – 20:30H Seminário: “Experiências Internacionais de participação social na construção da Soberania Alimentar, da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação”

*Local: Centro de Convenções de Fortaleza – Espaço da III CNSAN*

#### Objectivos:

- Ampliar o conhecimento dos delegados brasileiros sobre experiências em outras partes do mundo;
- Promover diálogo entre as experiências em termos dos focos da acção (agenda/questões), formatos de mobilização e incidência sobre as políticas públicas;

#### Intervenções:

- “Participação Social nas estratégias e políticas de SAN em Moçambique”

*Filipe Pequeno (ROSA – Rede de organizações pela Soberania Alimentar)*

- “Desafios para a construção de políticas públicas de SAN com participação social na América Latina”

*Manuel Rabasa (RedLAYC)*

## Dia 5 de Julho

### Participação livre nas actividades específicas da III CNSAN

*Local: Centro de Convenções de Fortaleza – Espaço da III CNSAN*

## Dia 6 de Julho

**Visita de Estudo:** Visita a projectos governamentais do Programa Fome Zero – “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA) e Almoço num “Restaurante Popular”.

*Local: Município de Sobral (Fortaleza)*

## Dia 7 de Julho

### Trabalhos conjuntos

*Local: Hotel Delphia Mistral (Fortaleza, Brasil)*

- Avaliação das actividades desenvolvidas
- Construção de planos de acção nacionais (Trabalhos de grupo)
- Construção de planos de acção conjuntos entre os PALOP
- Definição dos próximos passos: prazos e responsabilidades

#### 4. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES

---

##### Seminário

##### “A Sociedade Civil e a Segurança Alimentar nos PALOP: possibilidades de articulação em rede”

*Nota: As apresentações em Power-Point serão brevemente disponibilizadas no Website destinado à rede dos PALOP que o IFSN irá desenvolver.*

- ✓ O dia 2 de Julho foi destinado à realização de um **seminário com o principal objectivo de conhecer as experiências da sociedade civil dos PALOP com o tema da SAN e trabalhar conjuntamente no sentido de avaliar as possibilidades de articulação em rede entre as organizações desse conjunto de países.** Após a sessão de abertura com Francisco Sarmiento (ActionAid International) na qual foram dadas as boas vindas aos participantes e explicados os objectivos da iniciativa e programa da semana iniciaram-se as várias intervenções previstas e os trabalhos conjuntos.
- ✓ Na primeira intervenção, **Marta Antunes (IFSN/ActionAid)** focou alguns aspectos conceituais relacionados com o Direito à Alimentação e **alertou para o importante papel que as organizações da sociedade civil (OSC) podem ter no combate aos problemas da fome e da pobreza na medida em que estas estão normalmente muito próximas dos grupos mais vulneráveis que sofrem os impactos da não realização do direito humano à alimentação.** Considerou, portanto, que as OSC são actores-chave para identificar deficiências e problemas que interferem ou impedem a realização deste direito por parte das actividades do Estado, assim como para propor soluções.
- ✓ Seguidamente, a coordenadora global do IFSN apresentou este projecto e a sua experiência de construção de redes da sociedade civil para a temática da SAN. Para além dos objectivos do projecto, tipo de actores envolvidos e actividades realizadas a interveniente transmitiu também os principais resultados do IFSN alcançados até ao momento onde se destacam as 19 redes já criadas e divididas pelas regiões Américas, Ásia e África. No final trouxe ainda alguns exemplos de como essas redes nasceram e se foram fortalecendo nos vários países e referiu os passos principais para a sua criação – salvaguardando, naturalmente, as especificidades próprias de cada contexto nacional e de cada exemplo.
- ✓ Na intervenção de **Filipe Pequenino (ROSA)** ouviu-se a **experiência de Moçambique com a Rede de Organizações pela Soberania Alimentar**, explicando o seu processo de criação e sua estrutura organizativa. Seguidamente fez uma retrospectiva das principais actividades realizadas desde 2003, data da sua criação, focando a importância do diálogo entre as várias ONG e destas com o Governo e organismos internacionais.
- ✓ Filipe Pequenino chamou também atenção para o facto de **Moçambique ainda não ter ratificado o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais** – onde vem explícito o Direito à Alimentação – e manifestou o empenho determinado da ROSA em continuar o diálogo com o Governo para alterar essa situação. Mostrou, ainda, as principais dificuldades que a organização enfrenta no seu trabalho bem como as acções que ainda estão por realizar.
- ✓ O **período de discussão e debate** que se seguiu serviu para esclarecer alguns pontos das intervenções efectuadas. **Um ponto que se destaca no debate foi a pouca clareza relativa a alguns conceitos que permeiam a discussão relativa à segurança alimentar, soberania alimentar e direito humano à alimentação;** A intervenção sobre a ROSA em Moçambique suscitou bastante



interesse e várias dúvidas. Assim, houve necessidade de explicar com maior detalhe a forma como as várias organizações dessa rede se articulam para preparar as discussões sendo referido que estas são chamadas de acordo com as suas áreas de intervenção e temas em debate na agenda políticas. Troca de informações, debate e tomada de posições comuns são os passos principais para a intervenção da ROSA.

- ✓ Um outro ponto levantado nessa discussão foi a forma **como as Redes poderão angariar fundos para a sua sustentabilidade**. Filipe Pequenino explicou que é necessário uma “boa gestão” e que o secretariado é rotativo entre as várias organizações o que permite redução de alguns custos; Explicou, ainda, que a rede também se sustenta com recursos das próprias organizações que contribuem para um fundo comum e que desenvolvem acções e projectos financiados por diversos organismos como FAO, ActionAid, União Europeia e Acord).
- ✓ Na apresentação que se seguiu **Francisco Sarmento e Rosa Pacavira falaram do recente processo de criação da Rede em Angola a qual contou com um impulso inicial do IFSN**. Sarmento começou por referir o historial do Projecto IFSN explicando que no seu início o único PALOP que foi considerado “País Prioritário” pela União Europeia e, conseqüentemente, com possibilidade de financiamento pelo IFSN foi Moçambique, razão pela qual esse país possui já uma rede dinâmica. **Continuando, referiu que o IFSN solicitou à UE que os restantes PALOP pudessem ser também apoiados pelo projecto**. Seguidamente explicou os antecedentes desta iniciativa com os PALOP (Ver ponto 1.) para sublinhar o esforço que vem sendo efectuado pelo IFSN e ActionAid junto deste conjunto de países.
- ✓ Seguidamente apresentou-se o Seminário que decorreu em Lubango no anterior mês de Junho e que resultou na decisão conjunta de iniciar um trabalho em rede com as organizações da sociedade civil angolana para a área da segurança alimentar. Foi ainda referido que a rede surgiu num bom momento dada a importância que Angola tem no contexto africano e a influência que pode trazer na discussão dessa temática (ver Declarações finais do Lubango no Anexo II).
- ✓ Por sua vez, **Rosa Pacavira fez a apresentação do “1º Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP” que está agendado para o próximo mês de Outubro em Luanda**, e que se espera constitua também um momento de debate sobre estas temáticas. Referiu o forte envolvimento que a Universidade Agostinho Neto (UAN) tem tido na organização do referido evento o que demonstra a importância que também as Universidades podem ter para a discussão de SAN e dos problemas a ela associados; Referiu ainda o empenho da UAN em dinamizar um Centro de Referência em SAN; Por fim, **enquanto membro da comissão organizadora, referiu a importância da participação da sociedade civil dos PALOP nesse evento**.
- ✓ No seguimento do programa **as organizações da Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe falaram sobre os respectivos contextos nacionais em matéria de SAN e sobre a participação da sociedade civil dos seus países nesses processos**. Todos os países evidenciaram a elevada percentagem de população rural e a importância que acções e programas directamente voltados para esse grupo têm no sentido de melhorar a vida dessas populações.
- ✓ No caso particular da Guiné-Bissau, João Sarion Júnior da Plataforma de ONGs desse país referiu existe um Programa Nacional de SAN elaborado com o apoio da FAO mas que o mesmo decorreu de forma pouco participativa não tendo havido um envolvimento da sociedade civil; **Referiu ainda que as organizações sociais no país têm na agenda a questão da redução da pobreza mas que muito poucas têm na sua agenda a questão da SAN**. Sublinhou que desenvolvem várias acções de

capacitação e sensibilização junto das organizações de camponeses mas lembrou a necessidade de aumentar as acções de educação alimentar. Ao nível do trabalho da Plataforma evidenciou as actividades em curso para a valorização e transformação dos produtos locais, nomeadamente do caju, e o esforço de integração em iniciativas de Comércio Justo. Por fim, em termos governamentais, referiu que o Ministério da Agricultura se encontra um pouco fragilizado e que as suas acções dependem, em grande parte, dos apoios da comunidade internacional.



João Sarion (Guiné-Bissau), Maria do Céu Carvalho (São Tomé e Príncipe) e Avelino Bonifácio (Cabo Verde) apresentam a experiência de seu país no Seminário Internacional, no dia 2 de Julho.

- ✓ Maria do Céu Carvalho falou em nome do FONG (Plataforma de São Tomé e Príncipe) referindo que existe um número considerável de ONG no seu país e com áreas de intervenção muito diversificadas. Porém, **sublinhou o facto de que o trabalho é feito na maior parte das vezes isoladamente faltando um espírito integrador entre as várias acções e organizações.** A importância dos organismos internacionais presentes no país foi também destacada. Em termos governamentais lembro que existe uma Estratégia de Combate à Pobreza em curso mas que não há nenhum programa específico relacionado com a SAN. **Por fim deixou um repto à oportunidade das várias organizações partilharem experiências pela importância que isso pode ter nas organizações que o FONG representa.**
- ✓ Por parte de Cabo Verde, Avelino Bonifácio (PONGs) referiu que a sua organização representa um número considerável de ONGs (mais de 200) mas considera necessário realizar um mapeamento para saber quais delas trabalham com temáticas relacionadas com a SAN. Referiu que o país possui já uma Estratégia e um Programa Nacional de SAN que intervém em vários domínios e lembrou que a criação do Conselho Nacional de SAN possibilita que a sociedade civil tenha um canal para dialogar com o governo nessa matéria.
- ✓ A presença do prof. Renato Maluf, membro do CONSEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar foi importante no sentido de transmitir a experiência do Brasil na construção institucional da SAN e da implementação do marco jurídico que incorpora o direito á alimentação na legislação brasileira. Após passar em revista os principais momentos históricos de evolução da discussão no Brasil, fez uma apresentação da estrutura e funcionamento do CONSEA enquanto espaço importante de articulação entre Governo e sociedade civil.

Renato Maluf, membro do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar do Brasil) e do FBSAN (Fórum Brasileiro de SAN) dialogou com os PALOP sobre a experiência do governo brasileiro na construção da segurança alimentar.



- 
- ✓ Como explicou, essa estrutura assume um carácter consultivo e de assessoria à Presidência da República formulando propostas conjuntas entre os 17 ministérios representados e 40 representantes da sociedade civil para a formulação de políticas e definição de orientações que garantam direito humano à alimentação no país. **Na sua óptica, a participação da sociedade civil na discussão da SAN no Brasil foi uma condição essencial para que as conquistas e os avanços que agora se estão a verificar fossem possíveis.** Em concreto referia-se à recente aprovação da Lei Nº 11.346 de 15/09/2006<sup>1</sup>.
  - ✓ A apresentação sobre a participação social nas políticas de SAN nos PALOP ficou a cargo de João Pinto, consultor internacional, que começou por trazer alguns dados estatísticos sobre o **panorama insegurança alimentar nesses países que se apresenta bastante preocupante.** Apresentou também a evolução do contexto que levou a que os respectivos governos se empenhassem na elaboração de estratégias e programas nacionais de SAN perante os compromissos internacionais que assumiram, sobretudo no âmbito da Cimeira Mundial da Alimentação (Roma, 1996) e com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (2000). Após trazer alguns argumentos que justificam um maior empenho da sociedade civil na discussão e definição das políticas públicas de SAN apresentou algumas características sobre a situação da sociedade civil dos PALOP.
  - ✓ **Procurando lançar a debate as possibilidades de articulação em rede em cada contexto** apresentou alguns desafios que se colocam com esse tipo de trabalho e a importância que dele advém. Por outro lado, sistematizou alguns traços comuns que se verificam entre o conjunto dos países e que podem consistir em argumentos que potencializam a articulação em rede entre as suas organizações. Com esta apresentação ficaram lançados os dados para uma discussão em conjunto e para a realização de trabalhos de grupo para debaterem essas possibilidades.
  - ✓ Ainda antes da realização desses trabalhos de grupo, Enrique de Loma, consultor internacional da FAO e do Projecto FODEPAL, pode apresentar a iniciativa deste organismo com a realização de cursos de formação *on line* sobre segurança alimentar. Na sua opinião, **a formação virtual pode ser uma via interessante para fortalecer as capacidades das organizações da sociedade civil e do trabalho em rede,** tanto pelos efeitos directos como pelos efeitos colaterais que dela podem surgir.
  - ✓ Durante a sua apresentação explicou que o FODEPAL trabalha com cerca de 20 Universidades de Espanha e América Latina e que entre 2001 e 2007 já formaram cerca de 6.000 pessoas directamente ligadas a áreas relacionadas com a SAN. Os cursos *on line* permitem o intercâmbio de experiências entre pessoas de vários países e com diferentes níveis de actuação desde académicos a gestores de políticas.
  - ✓ **A realização de trabalhos de grupo serviu para discutir as possíveis oportunidades e desafios da articulação em rede entre o conjunto de países.** Na tabela seguinte apresenta-se uma síntese da discussão:

---

<sup>1</sup> Consulte essa Lei em <http://www.abrandh.org.br/downloads/losanfinal15092006.pdf>.

## Articulação em Rede nos PALOP

Oportunidades	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Língua comum e afinidades históricas;</li> <li>▪ Existência de uma Sociedade Civil nos PALOP que se apresenta já mais organizada e dinâmica mas que ainda apresenta dificuldades em termos organizacionais;</li> <li>▪ Necessidade de aprofundar conhecimentos sobre SAN, soberania alimentar e direito humano à alimentação;</li> <li>▪ Obtenção de recursos em conjunto;</li> <li>▪ O actual momento em que Portugal assume a Presidência da UE é muito importante para aprofundar o diálogo de cooperação Europa-África;</li> <li>▪ Experiência do Brasil com todas as suas iniciativas e programas de SAN pode contribuir para ajustar e/ou implementar acções também nos PALOP;</li> <li>▪ Maior acção de lobby e advocacy conjunto ao nível da CPLP;</li> <li>▪ Actual momento de formulação e implementação de programas e estratégias de SAN e de Estratégias de Combate à Pobreza ao nível dos PALOP justifica acção em conjunto;</li> <li>▪ A realização do 1º Simpósio de SAN da CPLP já em Outubro constitui boa oportunidade para discutir e influenciar os processos ao nível de cada país;</li> <li>▪ Aproveitar a experiência do IFSN e da ActionAid através das redes de outros países.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construir uma agenda de SAN em cada país;</li> <li>▪ Construir redes a nível nacional nos países onde ainda não existam e consolidação das redes já existentes;</li> <li>▪ Mobilizar outras organizações em cada país;</li> <li>▪ Conseguir uma boa articulação entre os vários países através da rede sub-regional;</li> <li>▪ Discutir também com a Plataforma Portuguesa das ONGD em conjunto para influenciar a Presidência Portuguesa da UE.</li> <li>▪ Articulação de esforços ao nível da sociedade civil dos PALOP para influenciar politicamente os diversos assuntos regionais e internacionais.</li> <li>▪ Conseguir uma posição conjunta e articulada para o Simpósio de Luanda (Outubro);</li> </ul>



As organizações dos PALOP realizaram vários trabalhos de grupo e discussões em conjunto através de metodologias participativas.

## Sessão de Recepção aos convidados internacionais

- ✓ No dia 3 de Julho realizou-se uma **sessão de recepção aos convidados estrangeiros** que contou com intervenções de **Francisco Menezes** (Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), **Milton Rondó** (Coordenador Geral de Acções Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores), **José Carlos Tubino** (Representante da FAO no Brasil) e **Patrus Ananias** (Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Esta sessão serviu para dar as boas vindas às delegações internacionais e para transmitir a importância que as mesmas poderiam ter ao participar nos debates e partilhar as suas experiências com o Brasil, e *vice-versa*.
- ✓ O presidente do CONSEA referiu a **importância decisiva que a sociedade civil teve no Brasil contribuindo para a definição das políticas públicas em curso** argumentado que só através da criação de espaços próprios como o CONSEA e de canais privilegiados para o diálogo entre sociedade e governo é possível a definição de políticas públicas consistentes.
- ✓ Por seu lado, **Milton Rondó explicitou o interesse brasileiro em fortalecer os laços de cooperação Sul-Sul, em particular na área de segurança alimentar, abrindo uma clara oportunidade de intercâmbio com os PALOP.**
- ✓ O **Ministro Patrus Ananias** chamou a atenção das delegações presentes para os avanços recentes no âmbito do combate à fome e construção da segurança alimentar no país e lembrou a **“imensa dívida social existente no país e deste para com os países africanos”.**
- ✓ Em seguida Renato Maluf, em nome do CONSEA, fez uma apresentação da III CNSAN para os convidados estrangeiros explicitando quais os objectivos, conteúdos e dinâmicas que se proponham para os próximos dias (ver Anexo V). Com a sua intervenção pretendeu também estimular a contribuição das experiências de outros países durante os debates.

## Capacitação sobre “Diagnósticos rápidos do Direito à Alimentação”

- ✓ Na tarde do dia 3 de Julho realizou-se uma **acção de formação** sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) ministrada por consultores especializados (Cármem Lahoz e Enrique de Loma-Ossorio) e que contou também com a presença de Bárbara Ekwall, directora da FAO para o direito à alimentação. Esta acção de formação teve como **objectivo principal capacitar as organizações da sociedade civil para a realização de diagnósticos sobre a situação da realização desse direito humano em cada contexto nacional.**



A “Acção de Formação sobre o Direito Humano à Alimentação” contou também com a presença de Bárbara Ekwall, Directora da FAO para o Direito à Alimentação

- ✓ Os participantes receberam também um manual que constitui um “Guia” para a realização desses diagnósticos e que pretende ser uma ferramenta metodológica para a realização desse trabalho no

sentido de obter relatórios homogêneos em termos de estrutura nos vários países. Como referiu Cármen Lahoz, a realização de diagnósticos que incidam sobre a situação de insegurança alimentar, legislação nacional, medidas políticas e administrativas, e programas em curso em cada país constitui o primeiro passo para a formulação de estratégias nacionais que contribuam a realização progressiva do direito humano à alimentação.

- ✓ Os formadores passaram em revista os principais conceitos relacionados com esse tema e discutiram com os participantes o papel que a sociedade civil pode ter para contribuir para a realização desse direito que passa por: i) **Realização dos Diagnósticos** - as organizações, pela sua proximidade com os grupos vulneráveis, são actores-chave para identificar problemas que impedem a realização do DHAA por parte do Estado; ii) **Acções de Sensibilização** – Após o diagnóstico, as organizações terão informações documentadas para sensibilizar e informar a opinião pública sobre a actuação do Estado em relação ao DHAA e devem realizar acções de sensibilização nesse sentido; iii) **Denúncia** - As organizações podem criar reivindicações específicas relacionadas com casos concretos de violações deste direito que sejam identificados; e iv) **Monitorização** - Após esta experiência prática, as organizações da sociedade civil estarão preparadas e motivadas para monitorizar continuamente a realização do DHAA por parte das autoridades do Estado;
- ✓ Decidiu-se que a realização dos diagnósticos ao nível de cada país iria incidir, por enquanto, apenas na sua primeira fase sem identificação e documentação de estudos de caso de violações. Esta decisão deve-se ao facto de poder ser interessante apresentar já um documento do conjunto dos países até Outubro, eventualmente no Seminário de Luanda ou em outro evento que se realize em conjunto.

### Participação livre nas actividades específicas da III CNSAN

- ✓ Durante os dias 4 e 5 de Julho a delegação teve oportunidade de participar nas actividades oficiais da III CNSAN. Na plenária da conferência debateu-se o Documento Base que tinha sido anteriormente elaborado de forma participativa em todo o país. A delegação dos PALOP pode assistir aos debates – embora sem direito a voto dada a sua condição de convidados internacionais e não de delegados nacionais. No final do evento foi aprovada uma Declaração Final, resumo do documento final do encontro, com as prioridades aprovadas durante os quatro dias de trabalho, onde participaram mais de 1.300 delegados de todo o Brasil, representando a sociedade civil e governos municipais, estaduais e Federal.



A delegação dos PALOP participou nos dias 4 e 5 nas actividades da III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil incluindo grupos de trabalho e visita aos expositores.

- ✓ A *Declaração Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, aprovada por unanimidade, ressalta que o evento "representa a consolidação de um amplo processo de mobilização e participação social". Além da declaração, foram aprovadas também 45 moções sobre diversos temas, e foi apresentado o documento final do evento. O documento estabelece os princípios e a

estrutura do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e é dividido em três eixos: i) o Sisan; ii) a relação da segurança alimentar com as estratégias nacionais de desenvolvimento; e iii) a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>2</sup>.

- ✓ Para além do Programa Oficial da Conferência o evento contou ainda com diversas actividades suplementares e integradoras que consistiram em 42 eventos em simultâneo que incluíram palestras, oficinas, apresentação de vídeo, cursos, painéis, etc. O objectivo destas actividades foi dar espaço para que a sociedade e o governo apresentassem e debatessem experiências relacionadas ao tema nos quais a delegação dos PALOP pode escolher os que mais lhe interessavam.

### Seminário

#### “Experiências Internacionais de participação social na construção da Soberania Alimentar, da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação”

- ✓ Durante a III CNSAN foi organizado um **seminário com o objectivo concreto de partilhar as várias experiências internacionais da sociedade civil em matéria de SAN**. Com esta actividade pretendeu-se transmitir aos delegados brasileiros experiências de outras partes do mundo e debater conjuntamente vários formatos de mobilização e incidência sobre as políticas públicas.

A ROSA (Rede de Organizações pela Soberania Alimentar, IFSN/Moçambique) apresentou sua experiência no Seminário durante a II CNSAN. Para além da delegação dos PALOP, participaram no evento delegados e convidados nacionais e estrangeiros da conferência brasileira.



- ✓ Para esta actividade foram trazidas duas experiências (África e América Latina), **cabendo a Moçambique a apresentação da experiência africana em termos de mobilização e articulação social** que ficou a cargo de Filipe Pequeno da ROSA (Rede de Organizações pela Soberania Alimentar).

### Visita de Estudo

- ✓ No dia 6 de Julho a delegação realizou uma **visita de estudo organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e CONSEA** ao município de Sobral (Fortaleza) com o objectivo de conhecer algumas acções do Programa Fome Zero juntamente com alguns representantes do Governo brasileiro e da FAO a comitiva visitou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e **almoçou num “Restaurante Popular”**. Durante a visita foi ainda possível falar directamente com agricultores e agricultoras e ouvir as suas reacções aos programas governamentais de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional.
- ✓ Os participantes verificaram que o PAA tem impacto directo na vida das pessoas pois tem como objectivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social no meio

<sup>2</sup> Para consultar a Declaração Final da conferência consulte <https://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Declara%E7%E3o%20Final.pdf>.

rural por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Em termos genéricos o PAA compra alimentos provenientes da agricultura familiar sendo estes destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

Visita de Estudo ao município de Sobral (Fortaleza) com o objectivo de conhecer algumas acções do Programa Fome Zero juntamente com alguns representantes do Governo brasileiro e da FAO.



- ✓ Os Restaurantes Populares foram concebidos para preparar e comercializar refeições de qualidade a preços muito acessíveis à população. Estes restaurantes localizam-se preferencialmente em grandes centros urbanos de cidades com população superior a 100.000 habitantes e têm como público beneficiário trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional. Estes equipamentos são apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome através de financiamento de construção, reforma e adaptação de instalações prediais, aquisição de equipamentos permanentes, móveis, utensílios, *etc.*

### Conferência de Imprensa conjunta

- ✓ Em Conferência de Imprensa realizada no dia 5 de Julho as organizações da sociedade civil dos PALOP comunicaram a **decisão de iniciar conjuntamente um trabalho de articulação em rede de forma a poderem participar com maior qualidade no diálogo com os respectivos governos e organismos internacionais** entre as quais a FAO, a União Europeia e a CPLP no sentido de contribuir para a discussão de políticas soberanas de segurança alimentar e nutricional e para o reforço do princípio do direito humano à alimentação (Ver **Declaração Final no Anexo VI**).



Leitura da declaração conjunta das organizações da sociedade civil dos PALOP na Conferência de Imprensa.

## 5. CONCLUSÕES

---

- ✓ Realizar acções de intercâmbio e troca de experiências entre os diferentes PALOP como forma de aumentar o seu nível de informação e conhecimento sobre as temáticas da Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação e Soberania Alimentar;
- ✓ Concertar esforços ao nível nacional promovendo o lançamento e a dinamização de redes/grupos de trabalho da sociedade civil nos países onde estas ainda não existam ou não estejam ainda consolidadas para trabalharem nessas temáticas;
- ✓ Concertar esforços a nível sub-regional envolvendo os vários países através da articulação numa Rede da Sociedade Civil dos PALOP pelo que se decide constituir uma comissão instaladora para tal efeito e elaborar um plano de trabalho conjunto (Ver ponto 6.);
- ✓ Este trabalho em rede terá por base o princípio da solidariedade entre os países e as organizações presentes, assumindo posições conjuntas em benefício de todos, procurando tomá-las sempre que possível por unanimidade ou, em alternativa, por maioria simples;
- ✓ Concertar esforços também a nível internacional, com particular atenção à CPLP, várias Agências das Nações Unidas, União Europeia, entre outros, no sentido de influenciar os seus programas e políticas numa óptica de abordagem conjunta do espaço lusófono;
- ✓ As organizações presentes manifestam a sua disponibilidade para o diálogo com governos, doadores e União Europeia, em particular no âmbito da Cimeira Europa – África a realizar em Dezembro de 2007;
- ✓ Consideram também que Portugal, no âmbito da Presidência da União Europeia, pode vir a ter também um papel preponderante para reforço do combate à fome, em particular no espaço da lusofonia permitindo que os países africanos pertencentes à CPLP cumpram a primeira Meta do Milénio – redução para metade da fome e da pobreza – até 2015.
- ✓ Identificar acções conjuntas de lobby e advocacy de forma solidária nos respectivos espaços nacionais mas também a nível internacional procurando máxima prioridade para as políticas de combate à fome e promoção da segurança alimentar;
- ✓ Conclui-se, ainda, pela importância do reforço da cooperação Sul-Sul na área da SAN e outras, em particular com o Brasil, mas também entre os vários PALOP; Nesta linha, considera-se também relevante a troca de experiências no domínio de tecnologias sociais (baixo custo e desenvolvidas pelas comunidades mais carentes) como contributo para a resolução de problemas de insegurança alimentar e promoção do desenvolvimento;

## 6. PLANO DE ACÇÃO CONJUNTO

- ✓ As organizações presentes decidiram concertar esforços através de uma articulação em Rede no espaço sub-regional tendo constituído, para o efeito, uma comissão instaladora e definido um plano de acção conjunto.

Comissão Instaladora
PLACON GB – Plataforma de Concertação das ONGs nacionais e estrangeiras da Guiné-Bissau FONGA – Fórum de ONGs Angolanas ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente – Angola PONGs – Federação das ONGs de Cabo Verde FONG – Plataforma de ONGs de São Tomé e Príncipe ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar – Moçambique Projecto IFSN – “Construindo redes de Segurança e Soberania Alimentar”

- ✓ Para a operacionalidade desta estrutura decidiu-se criar um mecanismo de diálogo regular que permita trocar informações e definir a actuação conjunta a seguir. Para tal será realizada uma teleconferência uma vez por mês que será facilitada e custeada pelo IFSN/ActionAid.
- ✓ A tomada de decisões será por maioria simples entre as organizações pertencentes à comissão instaladora com um voto por organização/país. No caso de Angola, uma vez que se encontram duas organizações que fazem parte, simultaneamente, da rede nacional angolana, decidiu-se que ambas participarão nas conferências devendo articular uma posição comum dado que apenas uma terá direito a voto por consenso entre ambas.
- ✓ O **Plano de Acção Conjunto** envolve os seguintes passos:

### 1 – Restituição

As organizações presentes devem transmitir aos seus parceiros nacionais os resultados da reunião de Fortaleza no mais breve espaço de tempo possível (até 20 de Julho) a fim de os informar do teor das discussões e das decisões tomadas.

### 2 – Realização da 1ª Fase do Diagnóstico sobre o Direito Humano à Alimentação

Decidiu-se que as organizações irão realizar em cada país um diagnóstico sobre a situação da insegurança alimentar e nutricional com enfoque de direitos humanos, e validá-lo com os restantes parceiros da sociedade civil. Este diagnóstico será elaborado com base nos Termos de Referência constantes no Anexo VII e de acordo com as indicações detalhadas presentes no instrumento metodológico (Guia) distribuído e formação recebida em Fortaleza.

Este diagnóstico constitui um primeiro exercício pelo que apenas será realizada a sua 1ª Fase, sem a identificação e documentação de estudos de caso de violações desse direito. Esta opção tem em vista a possibilidade de os países terem pronto um primeiro Relatório que poderá ser apresentado conjuntamente no 1º Simpósio sobre SAN a realizar em Outubro em Luanda, caso a comissão instaladora assim o decida, ou em outro evento que se considere oportuno.

Para a realização deste trabalho as organizações deverão identificar um consultor adequado e informar o IFSN sobre o seu perfil através do envio do CV bem como dos custos inerentes à função. O tempo estimado para a realização deste diagnóstico é de 1 mês (Agosto) e o IFSN será responsável por dar o apoio técnico necessário às organizações. (NOTA: Moçambique tem já um Diagnóstico em curso).

### 3 – Reunião/Seminário

Os resultados desta primeira fase do diagnóstico devem ser apresentados, discutidos e validados numa reunião/seminário realizado em cada país no qual deverão também ser identificadas e convidadas as organizações interessadas em trabalhar conjuntamente e que integrarão a respectiva rede a nível nacional. Os custos estimados com a realização desta reunião/seminário, bem como a sua data de realização, deverão ser também comunicados ao IFSN para que avalie a sua contribuição.

Neste seminário deverão também ser identificadas possíveis áreas de interesse, particularmente sobre segurança alimentar e desenvolvimento rural, para intercâmbio e troca de experiências entre os vários países. Assim, as organizações deverão manifestar:

- i) Qual a disponibilidade para receber visitas de outros países e quais os projectos/experiências que consideram importantes para partilhar;
- ii) Quais as áreas temáticas de interesse para visitar projectos/experiências em outros países.

Ainda a este respeito cada país deverá elaborar uma lista de “5 pontos fortes” – que correspondam às possibilidades para receber visitas de outros países, e “5 pontos fracos” – que correspondam às necessidades para efectuar visitas em outros países, e enviar para o IFSN. O objectivo desse exercício será reunir as informações de todos os países para que se possa iniciar um intercâmbio com fundos próprios do IFSN bem como elaborar candidaturas a possíveis doadores com esse efeito.

De acordo com a disponibilidade manifestada pelas organizações, as datas limite para realização das reuniões/seminários são:

- **Angola** – Início de Setembro
- **Cabo Verde** – Início de Setembro
- **Guiné-Bissau** – Meados de Setembro (coincidindo com as actividades de comemoração do aniversário da Plataforma)
- **São Tomé e Príncipe** – Final de Agosto (coincidindo, possivelmente, com a feira das ONGs na qual se prevê realizar um painel sobre SAN)
- **Moçambique** – Realização ainda em Agosto dado que o seu diagnóstico já está em curso.

### 4 – Acções de Formação e Capacitação

Considerou-se que seria fundamental desenvolver esforços no sentido de melhorar os conhecimentos relativos às temáticas de SAN, soberania alimentar e direito humano à alimentação bem como sobre o trabalho em rede.

Para tal será realizada uma acção de formação à distância (on line) no espaço lusófono envolvendo as organizações interessadas de cada país. Estas acções de formação deverão, sempre que possível, envolver as Universidades e instituições de ensino e pesquisa nos vários países.

O IFSN/ActionAid irá solicitar apoios para a realização dessa capacitação a doadores, particularmente à FAO. No entanto, todos os parceiros deverão também desenvolver esforços para identificarem possibilidade de financiamento em cada país.

## 5 – Website

O IFSN irá desenvolver uma página na Internet que constitua um fórum de discussão para os PALOP com vista a aumentar o nível de conhecimento e informação sobre as várias temáticas em discussão. Este espaço servirá também para apresentar as redes nacionais que já existem e as que venham a ser criadas bem como para divulgar as actividades e iniciativas conjuntas da rede sub-regional.

Neste sentido, todos os membros da rede deverão enviar informações de forma regular para dinamizar este espaço e criar um ponto de contacto entre todos. Todo o material relativo às actividades de Fortaleza será também disponibilizado neste espaço.

## 6 – Acções conjuntas em eventos-chave

Foram identificados já dois eventos-chave a nível internacional que justificam acções de lobby e advocacy conjuntas dos PALOP através da Rede cuja forma de intervenção deverá ser discutida e definida pela comissão instaladora:

- **Cimeira Europa – África**, a realizar em 8 e 9 de Dezembro de 2007 em Lisboa;
- **Reunião UNCTAD XII**, a realizar em África, Gana entre 20 e 25 de Abril de 2008 com o tema *“Abordar as Oportunidades e Desafios da Globalização para o Desenvolvimento”*<sup>3</sup>.

A ActionAid e o IFSN deverão elaborar uma lista de outros eventos-chave a nível internacional e circular pelos elementos da Rede para discutir a oportunidade e interesse de articular acções conjuntas. De igual modo, também ao nível de cada país poderão ser identificados alguns eventos-chave que justifiquem acções conjuntas pelo que os mesmos deverão ser identificados por cada rede no seu país.

## 7 – Acções com as Universidades

As Universidades presentes também reuniram e discutiram tendo decidido celebrar um protocolo entre as instituições e disponibilizando-se para realizar trabalhos de investigação e pesquisa que apoiassem as actividades das redes nacionais e da rede sub-regional.

Entenderam também que poderiam contribuir para a realização de acções de capacitação bem como participar na acção de formação à distância, por exemplo através da revisão dos conteúdos formativos, que se realizará para o espaço lusófono. Particularmente, a Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) manifestou disponibilidade para realizar cursos por vídeo-conferência e apoiar pedidos individuais de formação a nível semi-presencial.

A Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (Angola), organizadora do 1º Simpósio de SAN da CPLP que se realizará em Outubro próximo em Luanda, manifestou o desejo de convidar a rede dos PALOP a estar presente no evento pelo que tal deverá ser discutido e analisado pela comissão instaladora.

---

<sup>3</sup> Consulte os detalhes deste evento em <http://www.unctadxii.org/en/>.

## 8. AVALIAÇÃO DA INICIATIVA PELOS PARTICIPANTES

Durante a última sessão de trabalho os participantes foram convidados a fazer um exercício de avaliação relativamente à III CNSAN e às restantes actividades em que participaram, nomeadamente a visita de estudo. Em seguida listam-se os principais pontos positivos e negativos identificados:

Avaliação das actividades desenvolvidas	
Pontos Positivos	Pontos Negativos
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Em relação à III CNSAN foi ressaltado e elevado nível de participação da sociedade civil e o seu envolvimento nos debates e discussões de formulação de políticas públicas, bem como o esforço de preparação a nível nacional com o todos os estados envolvidos em encontros regionais de preparação para a conferência;</li><li>▪ Sublinhou-se a ampla diversidade de sectores sociais envolvidos (mulheres, minorias étnicas e raciais, comunidades rurais, etc.) na discussão pública de SAN;</li><li>▪ Ainda sobre a III CNSAN foi evidenciada a importância da participação e envolvimento do Governo brasileiro ao seu mais alto nível na questão da SAN;</li><li>▪ Considerou-se que a realização desta iniciativa criou boa oportunidade de articulação a nível internacional entre os países africanos;</li><li>▪ Boa cobertura das actividades paralelas da delegação dos PALOP por parte da imprensa brasileira mas também de Portugal e de alguns países Africanos<sup>4</sup>;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Notou-se a ausência de organizações da Ásia entre as delegações da sociedade civil convidadas;</li><li>▪ As diferentes visões e elevadas pressões de alguns sectores durante as discussões por vezes criavam impasses prolongados que dificultavam os consensos;</li><li>▪ Notou-se que os critérios de votação dos delegados brasileiros na plenária geraram alguma confusão que dificultaram vários momentos dos debates;</li><li>▪ Elevados custos associados à realização de um evento desta dimensão;</li></ul>

Avaliação da Visita de Estudo	
Pontos Positivos	Pontos Negativos
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Contacto directo com algumas das acções do Programa Fome Zero<sup>5</sup>;</li><li>▪ Possibilidade de conversar com os beneficiários das acções e conhecer suas opiniões;</li><li>▪ Forte empenho político e implicação directa do governo no desenvolvimento social das comunidades mais carentes;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Foi notada pouca presença de mulheres entre os beneficiários directos das acções;</li><li>▪ Os agricultores manifestaram dificuldade em diversificar os seus cultivos devido às regras do programa;</li><li>▪ Verificam-se alguns problemas burocráticos, nomeadamente relacionados com os pagamentos aos beneficiários, que criam dificuldades aos agricultores;</li></ul>

<sup>4</sup> Ver detalhes da cobertura de imprensa no Anexo VIII.

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o Programa Fome Zero, consulte <http://www.fomezero.gov.br>.

- Trabalho intersectorial no qual se enquadram as acções;
- Impacto visível na melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Aumento da consciência dos camponeses sobre o valor dos alimentos e importância da diversificação de culturas;
- Estas acções contribuíram para o processo de empoderamento das populações;
- A possibilidade de compra directa dos produtos aos agricultores possibilita um aumento de renda muito significativo;
- Ademais, a visita possibilitou também a criação de um espírito crítico em relação a possíveis oportunidades de projectos semelhantes nos vários países, alguns deles com problemas semelhantes no meio rural.

- As populações manifestaram preocupação quanto à durabilidade/sustentabilidade das acções após o término dos programas;
- Considera-se também que existem riscos de sustentabilidade dos programas devido aos elevados custos financeiros implicados;
- Notou-se ainda alguma falta de capacitação em termos de educação alimentar;



# ANEXOS

## ANEXO I – Descrição do Projecto IFSN/ActionAid

O Projecto IFSN – “Construindo Redes de Segurança e Soberania Alimentar” vem sendo implementado pela *ActionAid International* e co-financiado pela União Europeia e tem como principal objectivo fortalecer e/ou criar redes nacionais de segurança ou soberania alimentar que facilitem o diálogo amplo entre os diferentes actores da sociedade civil, governos e doadores no sentido de contribuir para a efectiva implementação dos marcos institucionais e legais do direito humano à alimentação nos países do Sul.



O IFSN desenvolve um conjunto de actividades que incluem o trabalho em rede, construção de parcerias, pesquisa, capacitação e partilha de conhecimento bem como acções de lobby e advocacy que contribuem para influenciar a definição, implementação e monitoria de políticas nacionais de segurança alimentar, coordenadas entre vários ministérios, e que favorecem os grupos mais vulneráveis, em particular mulheres agricultoras e campesinas.

Neste sentido as redes nacionais estabelecem pontes com governos e doadores internacionais de forma a negociarem e fazerem monitoria de políticas relacionadas com SAN e de influenciarem a definição de leis, além de fortalecerem as vozes dos governos do Sul nas negociações internacionais.

As redes nacionais do IFSN compreendem grupos e organizações de mulheres, movimentos e organizações campesinas e da agricultura familiar, ONGs, organizações de pessoas com HIV/SIDA, grupos e organizações de jovens, grupos e organizações de consumidores, organizações de carácter religioso e centros de estudos e pesquisas.

O IFSN trabalha em parceria com mais de 450 organizações locais e nacionais Sul, principalmente da África, contando também com a colaboração da Ayuda en Acción, FIAN International, ICCO, Plataforma Portuguesa de ONGD entre outras organizações internacionais.

**Este projecto que teve início em 2004 e após três anos 19 redes nacionais estão hoje articuladas nesta iniciativa internacional**

**Américas** – Guatemala (REDSSAG), El Salvador (REDSSAE), Haiti (RENHASSA), Honduras (SARAH), Nicarágua (GISSAN) e Bolívia (ASSAN)

**África** – Angola (RSAA), Burkina Faso (ROSSAD), Etiópia (CFS), Gana (FoodSPAN), Malawi (FOSANET), Moçambique (ROSA), Uganda (FRA) e Gambia (IFSNTG)

**Ásia** – Afeganistão (IFSNA), Bangladesh (IFSNBC), Cambodia (CNFSC), Nepal (NAFOS) e Vietnam (CIFPEN)

Na região da centro América, em colaboração estreita com a Ayuda en Acción, foi criada uma rede sub-regional – RedCASSAN – que inclui as redes de Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Honduras.

### Caixa 1

#### Objectivos do Projecto IFSN

##### 1. Reforçar a Sociedade Civil nos Países em Desenvolvimento

1.1. Reforçar as capacidades de análise e acção da Sociedade Civil nos países beneficiários, em relação à Segurança Alimentar e à luta contra a pobreza.

1.2. Promover laços e a construção de alianças entre os actores da Sociedade Civil, em países e regiões, com o objectivo de aumentar a capacidade organizacional das comunidades locais, produtores, e grupos de mulheres.

- 1.3. Incentivar os governos dos países beneficiários a confiar mais na Sociedade Civil e nos processos de concepção de políticas e legislação, bem como no seu seguimento e implementação.
- 1.4. Encorajar e facilitar a participação directa de mulheres e homens em situação ou ameaçados pela fome, nos processos de decisão que afectam o "Direito à Alimentação".

## 2. Debater a nível nacional

- 2.1. Proporcionar às organizações da Sociedade Civil dos países beneficiários uma capacidade crescente de reflexão acerca das estratégias de redução da pobreza e Segurança Alimentar, incluindo o "Direito à Alimentação".
- 2.2. Fortalecer a capacidade das organizações locais da Sociedade Civil para uma mais eficiente coordenação das suas acções com o objectivo de melhorar a capacidade de diálogo com os governos, parlamentos e doadores relacionados com a Segurança Alimentar nas políticas nacionais.

## 3. Discutir e negociar nível internacional

- 3.1. Reforçar a capacidade de negociação da Sociedade Civil no Sul acerca da Segurança Alimentar e da luta contra a pobreza nas discussões e negociações internacionais.

Promover uma maior colaboração entre os governos e a Sociedade Civil do Sul nas discussões e negociações internacionais.

### Caixa 2

#### Metas do IFSN

- Uma proposta centrada nas pessoas.
- Ser uma voz para mulheres e homens que vivem ou que estão ameaçados de fome.
- Ser propriedade de todos os beneficiários.
- Uma proposta dirigida desde o Sul.
- Resultados concretos na luta contra a pobreza e desnutrição.
- Desenvolvimento de uma rede que seja complementar e que agregue um valor significativo às várias redes existentes.
- Uma proposta sólida com actividades que compartilhem uma perspectiva verdadeiramente internacional e que transcendam as fronteiras nacionais.
- Um verdadeiro vínculo entre o local, nacional, regional e global.

#### Contactos:

*IFSN Project Global Coordination*

Rua Santa Luzia, 651/17º Andar, CEP 20030-041, Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone: +55-21 2189-4600 / E-mail: [ifsn@actionaid.org](mailto:ifsn@actionaid.org) / Website: [www.ifsn-actionaid.net](http://www.ifsn-actionaid.net)

**act!onaid**

Com o seu Secretariado Internacional na África do Sul, a ActionAid trabalha em mais de 40 países, principalmente na África e na Ásia, há mais de 30 anos, em parceria com organizações nacionais e locais com o objectivo de garantir direitos para combater a pobreza e a injustiça. <http://www.actionaid.org>

## ANEXO II – Declarações do Lubango

### **Declaração das Organizações da Sociedade Civil angolana e estrangeira presentes no Seminário Internacional “Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”**

21 (vinte e uma) organizações da sociedade civil de Angola e internacionais estiveram presentes no Seminário Internacional “Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”, organizado por ActionAid através da Rede Internacional de Segurança Alimentar, ADRA, ESAC, Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, ISPRA e Vicentina, com apoio de FAO, AECI e União Europeia, nos dias 12 e 13 de Junho, no Lubango.

Durante estes dois dias, estas organizações, conjuntamente com representantes do governo Angolano e organismos internacionais discutiram a problemática do direito humano à alimentação, a segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural em Angola e partilharam experiências de outros países, nomeadamente Brasil e Moçambique.

As organizações aqui reunidas concluíram pela importância do tema do Direito Humano à Alimentação Adequada e sua integração na agenda de uma estratégia e políticas de segurança alimentar e nutricional. Também concordaram na necessidade de reforçar as capacidades e coordenação entre organizações da sociedade civil, de forma a poderem participar com maior qualidade no diálogo com governo, universidades e organismos internacionais, para a construção desta estratégia. Nesse sentido, entenderam reunir esforços para a construção de uma rede temática de SAN.

Para dar início a esse processo serão sistematizados pela organização do seminário os documentos de trabalho apropriados e serão convidadas a participar deste esforço de construção da rede outras organizações que não puderam estar presentes no Lubango. Uma nova reunião será convocada oportunamente para discussão e aprovação dos mesmos e definição de ações futuras.

Os signatários manifestam a sua firme convicção de que uma sociedade civil reforçada em suas capacidades de análise e formulação de propostas será um importante contributo para a manutenção do diálogo aqui iniciado e, conseqüente construção de uma estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional.

#### **Lista de organizações:**

ACCORD

ACH – Acción Contra el Hambre

ACORD – Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento

ActionAid International

ADCP – Associação para o Desenvolvimento Comunitário Participativo do Sul de Angola

ADESPOV – Associação de desenvolvimento e Enquadramento da População Vulnerável

ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

Caritas Angola

Agromarket

APN – Ajuda Popular da Noruega

Associação Mulheres Empresárias da Huíla

ASD

CIC – Cooperação, Intercâmbio e Cultura

FIAN International

FONGA – Fórum das ONGs Angolanas

Horizonte

ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola  
MAFIKU – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Comunitário  
OKUTIUKA  
UNACA – União nacional dos Camponeses  
SINFIC – Sistemas de Informação Industriais e Consultoria  
SODEMAT – Matala  
SNV  
World Vision

**Declaração das Organizações presentes no  
Seminário Internacional  
“Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”**

73 representantes de organizações da sociedade civil de Angola e internacionais, instituições académicas, membros de órgãos do governo de Angola, Moçambique e Brasil, e organismos internacionais estiveram presentes no Seminário Internacional “Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”, organizado por ActionAid através da Rede Internacional de Segurança Alimentar, ADRA, ESAC, Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, ISPRA e Vicentina, com apoio da FAO, AECI e a União Europeia, nos dias 12 e 13 de Junho, no Lubango.

Durante estes dois dias, organizações da sociedade civil, conjuntamente com representantes do governo e organismos internacionais discutiram a problemática do direito humano à alimentação, a segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural em Angola, o processo em curso de construção da estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional pelo governo Angolano com apoio da FAO, e partilharam experiências de outros países, nomeadamente Brasil e Moçambique.

As organizações aqui reunidas sugeriram que, atendendo à importância do tema do Direito Humano à Alimentação Adequada, a sua integração na estratégia e nas políticas de segurança alimentar e nutricional é essencial. Atendendo à decisão de criação de uma rede da sociedade civil para a SAN, todos os participantes discutiram a necessidade de criar mecanismos que facilitam a participação desta no diálogo com o governo e organismos internacionais, no que diz respeito às estratégias e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional.

Em particular, identificaram-se algumas acções que podem contribuir significativamente para a construção institucional da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em Angola, que são as seguintes:

- ✓ Realização de um diagnóstico institucional com a participação da sociedade civil e Estado para identificar quais os grupos provinciais de segurança alimentar, que já existem e quais as organizações que fazem parte;
- ✓ Uniformização de conceitos e princípios básicos sobre segurança alimentar e nutricional
- ✓ Constituição uma estrutura supra-ministerial, ao mais alto nível (vinculada à Presidência da República, Gab I Ministro), para coordenar políticas e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional, tal como sugerido na carta conjunta sobre o “Estudo de Caso sobre Alimentação e Nutrição no contexto do DHAA”
- ✓ Promoção da participação da sociedade civil a 3 níveis: Nacional, Regional/Provincial e Municipal, tendo em consideração a representação das comunidades e organizações de base nos vários espaços de participação;

- ✓ Sensibilização e divulgação das iniciativas e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional e com o DHAA;
- ✓ Constituição de um Observatório Social com a função de monitorar, avaliar e controlar as acções no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional;

Os signatários manifestam o seu apreço pela oportunidade de diálogo gerada por este seminário e pelo apoio das universidades aqui presentes, pelo que procurarão criar novos momentos para dar continuidade a este frutífero diálogo entre sociedade civil, instituições académicas, Estado e organismos internacionais.

### **Lista de organizações presentes no seminário:**

ACCORD

ActionAid International

ACH – Acción Contra el Hambre

ACORD – Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento

ActionAid Internacional

ADCP – Associação para o Desenvolvimento Comunitário Participativo do Sul de Angola

ADESPOV – Associação de desenvolvimento e Enquadramento da População Vulnerável

ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

Caritas Angola

Agromarket

ANGOP – Agência de Notícias Angola Press

APN – Ajuda Popular da Noruega

Associação Mulheres Empresárias da Huíla

ASD

CIC – Cooperação, Intercâmbio e Cultura

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar do Brasil

Direcção Provincial de Agricultura (Huila)

Escola Superior Agrícola de Coimbra

Faculdade de Ciências Agrárias da Univ. Agostinho Neto

Faculdade de Ciências da Univ. Agostinho Neto

FAO – Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas

FIAN Internacional

FONGA – Fórum das ONGs Angolanas

Grupo de Análise de Vulnerabilidade

Horizonte

Instituto de Desenvolvimento Agrário (Huila)

Instituto de Investigação Veterinária (Namibe)

Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro

ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola

MAFIKU – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Comunitário

Ministério da Saúde (Sector Nutrição)

OKUTIUKA

ROSA – Rede de Organizações em Soberania Alimentar de Moçambique

UNACA – União nacional dos Camponeses

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para as crianças e Educação

UNHRO – Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola

PAM

SETSAN – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar de Moçambique

SINFIC – Sistemas de Informação Industriais e Consultoria

SODEMAT – Matala

SNV

World Vision

**ANEXO III – Listagem de participantes presentes em Fortaleza**

<i>Organização</i>	<i>Nome</i>	<i>E-mail</i>	<i>Telefones</i>	<i>Website</i>
<b>Organizações da Sociedade Civil</b>				
PLACON GB – Plataforma de Concertação das ONGs nacionais e estrangeiras da Guiné-Bissau	João Sarion Handem Junior	<a href="mailto:Placon_gb@hotmail.com">Placon_gb@hotmail.com</a> <a href="mailto:Handem_jr@hotmail.com">Handem_jr@hotmail.com</a>	+245 7240012 +245 6606900	<a href="http://www.placongb.org/placon/accueil.php">www.placongb.org/placon/accueil.php</a>
FONGA – Fórum de ONGs Angolanas	António L. Kiala	<a href="mailto:alkiala@acj_angola.org">alkiala@acj_angola.org</a> <a href="mailto:fonga@angonet.org">fonga@angonet.org</a>	+244 222 926217634	
ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar em Moçambique	Filipe Pequenino	<a href="mailto:rosa@rosa.org.mz">rosa@rosa.org.mz</a> <a href="mailto:Filipe.pequenino@actionaid.org">Filipe.pequenino@actionaid.org</a>	+ 258 21314854	<a href="http://www.rosa.org.mz">www.rosa.org.mz</a>
ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Angola)	Hélder Marcelino	<a href="mailto:chehelder@yahoo.com.br">chehelder@yahoo.com.br</a>	+244 923835561	<a href="http://www.adra-angola.org/cms">www.adra-angola.org/cms</a>
FONG – Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe	Maria do Céu Carvalho	<a href="mailto:fong@estome.net">fong@estome.net</a> <a href="mailto:ceucarvalho@yahoo.com">ceucarvalho@yahoo.com</a>	+239 226754 +239 920475	<a href="http://www.fong-stp.org">www.fong-stp.org</a>
PONGs – Federação das ONGs de Cabo Verde	Avelino Bonifácio	<a href="mailto:avelinob@cvtelecom.cv">avelinob@cvtelecom.cv</a> <a href="mailto:platongs@cvtelecom.cv">platongs@cvtelecom.cv</a>	+238 2618979 +238 2617863	
ActionAid International	Francisco Sarmento	<a href="mailto:Francisco.sarmiento@actionaid.org">Francisco.sarmiento@actionaid.org</a>	+55-21 2189-4600	<a href="http://www.actionaid.org">www.actionaid.org</a>
IFSN/ActionAid	Marta Antunes	<a href="mailto:Marta.antunes@actionaid.org">Marta.antunes@actionaid.org</a> <a href="mailto:ifsn@actionaid.org">ifsn@actionaid.org</a>	+55-21 2189-4600	<a href="http://www.ifsn-actionaid.net">www.ifsn-actionaid.net</a>
Consultor IFSN	João Pinto	<a href="mailto:joापinto@gmail.com">joापinto@gmail.com</a>		
<b>Universidades, Institutos de pesquisa, órgão de Governo (Moçambique)</b>				
Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto	Rosa Pacavira	<a href="mailto:rosapacavira@portugalmail.com">rosapacavira@portugalmail.com</a>	+244 924306856	<a href="http://www.uan-angola.org">www.uan-angola.org</a>
Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto	Joaquim Morais	<a href="mailto:joaquimm@yahoo.com">joaquimm@yahoo.com</a>	+244 923460806	<a href="http://www.uan-angola.org">www.uan-angola.org</a>
Universidade Eduardo Mondlane	Mário Falcão	<a href="mailto:mfalcao@uem.mz">mfalcao@uem.mz</a>	+258 828244130	<a href="http://www.uem.mz">www.uem.mz</a>
ISPRA – Angola	Fernanda Lages	<a href="mailto:f_lages@yahoo.com">f_lages@yahoo.com</a>	+244926008674	<a href="http://www.netangola.com/ispra/Conteudo.htm">www.netangola.com/ispra/Conteudo.htm</a>
Instituto de Estudios del Hambre	Carmen Lahoz	<a href="mailto:carmen_lahoz@hotmail.com">carmen_lahoz@hotmail.com</a>		
FODEPAL	Enrique Loma-Ossorio	<a href="mailto:enrilope@yahoo.es">enrilope@yahoo.es</a>	+34 6700 84740	<a href="http://www.rlc.fao.org/proyecto/fodepal/">http://www.rlc.fao.org/proyecto/fodepal/</a>
SETSAN – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (Moçambique)	Francisca Cabral	<a href="mailto:fcabral@setsan.org.mz">fcabral@setsan.org.mz</a>	+258 21 461874 +258 82 3943820	<a href="http://www.setsan.org.mz/Index.htm">www.setsan.org.mz/Index.htm</a>

## ANEXO IV – Introdução aos temas em debate e justificativa

### *Começando a discussão...*

Os problemas de fome e pobreza que persistem em várias regiões do globo reclamam por respostas urgentes e efectivas por parte de todas as esferas da sociedade. No último estudo sobre a situação da insegurança alimentar no mundo (FAO, 2006) verifica-se que cerca de 854 milhões<sup>6</sup> de pessoas não possuem alimentos suficientes para terem uma vida saudável, dos quais 206 milhões vivem na África subsaariana – região onde se localizam todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Aliás, em termos relativos, essa é a região que apresenta a situação mais dramática na medida em que uma em cada três pessoas (32% população) se encontra em estado de desnutrição, a manifestação mais grave de insegurança alimentar. Esta foi também a única região onde esse número tem aumentado em vez de diminuir passando de 169 milhões para 206 milhões (1990/92 para 2001/03).

Na Cimeira Mundial da Alimentação (CMA) realizada em Roma em Novembro de 1996 estabeleceu-se o objectivo de reduzir para metade o número de pessoas desnutridas até 2015. Tal objectivo veio posteriormente a ser incorporado aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) aprovados em 2001 pelos países membros das Nações Unidas. No entanto, apesar de todos os esforços, verifica-se que os resultados alcançados até ao momento estão muito longe das expectativas iniciais pelo que se justifica pensar em estratégias conjuntas para reverter essa situação.

Considerando que a alimentação constitui um elemento central à vida e inalienável de todos os povos, assume-se que a questão alimentar deve ser incorporada aos processos de desenvolvimento dos países como forma de assegurar o princípio básico fundamental do *Direito Humano à Alimentação*. Este direito possui duas dimensões inseparáveis – o direito a estar livre de fome e o direito a uma alimentação adequada – e encontra-se definido em várias declarações e tratados internacionais entre os quais a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966). A sua realização constitui uma responsabilidade do Estado em conjunto com toda a sociedade. Em 2004, o Conselho da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) aprovou as “Directrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação” que contêm um conjunto de recomendações para que os países cumpram as obrigações inerentes a esse direito e o realizem progressivamente em cada contexto nacional. Para além do Direito Humano à Alimentação é também necessário salvaguardar o princípio da *Soberania Alimentar*, isto é, assegurar o direito de cada país de definir as suas próprias políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos.

É neste contexto que o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar constituem os dois princípios básicos que devem orientar as estratégias e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que venham a ser definidas para fazer face aos problemas da fome e pobreza.

Entende-se que **“existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável”<sup>7</sup>.**

A SAN é um fenómeno com múltiplas dimensões que engloba factores como: 1) disponibilidade (existência de quantidade suficiente de alimentos para atender às necessidades de consumo da população que é fornecida através da produção interna ou da importação, incluindo a ajuda alimentar; 2) acesso (capacidade dos indivíduos para adquirir alimentos por meio de recursos adequados; 3) utilização (cumprimento dos requisitos nutricionais mínimos; e 4) estabilidade (acesso permanente a alimentação adequada). O enfoque da SAN é um processo que

<sup>6</sup> FAO (2006). The State of Food Insecurity in the World 2006. Rome: FAO. Os dados do estudo referem-se ao período 2001/03.

<sup>7</sup> Definição adoptada na Cimeira Mundial da Alimentação (Roma, 1996).



deve ser construído e utilizado de acordo com as especificidades de cada país colocando em evidência as questões que em determinado contexto nacional devem ser prioritários. Assim, a SAN constitui-se um objectivo de políticas públicas central no campo das medidas de combate à fome e desnutrição – manifestações mais graves de insegurança alimentar – mas envolve também acções públicas veiculadas pela sociedade civil.

Entre outros factores, considera-se que a pobreza é a principal causa da ocorrência de fome, por via do acesso dispendioso aos alimentos, mas também por dificultar o acesso a outros recursos básicos. Este facto é particularmente notório no meio rural onde a intervenção de organizações sociais de base local assumem um papel determinante no combate à insegurança alimentar. Aliás, tem sido amplamente reconhecida e argumentada a necessidade de uma construção institucional em torno da temática da segurança alimentar que promova uma crescente articulação entre governos e sociedade civil. Alguns exemplos dessa possível articulação são a constituição de redes temáticas de SAN ou a formação de conselhos de representação social, os quais têm revelado resultados bastante animadores no que concerne ao aumento da participação e construção dessa institucionalidade.

O principal argumento em favor desses processos é que o aumento da participação social por via do aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos de formulação e monitoramento das políticas públicas contribui, significativamente, para uma redistribuição dos recursos públicos, favorecendo os grupos mais vulneráveis à fome e pobreza.

**No caso particular das redes temáticas, a união de esforços entre organizações sociais provenientes de várias regiões e com diferentes níveis de actuação reforçam a sua capacidade de intervenção ao nível das políticas possibilitando a interlocução com governos, doadores e organismos internacionais de forma mais efectiva. Para além disso, a sua capacidade de actuação e resposta tanto a nível local como global sai claramente reforçada.**

Ao nível dos países do Sul verifica-se que o Brasil possui uma experiência muito relevante em matéria de participação social e de políticas de segurança alimentar de que é exemplo o “Programa Fome Zero” e a recente aprovação da Lei Orgânica Nº 11.346 que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar. No âmbito dessa temática a criação de redes como o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar (FBSAN) e de espaços públicos de participação e concertação social entre governo e sociedade civil como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) demonstram progressos no que tange ao envolvimento de diversos quadrantes da sociedade na luta contra a pobreza e insegurança alimentar.

No caso de África, verifica-se que todos os PALOP apresentam indicadores muito preocupantes de pobreza e insegurança alimentar. Perante essa situação os respectivos governos vêm tentando dar respostas encontrando-se neste momento a rever ou formular as suas estratégias nacionais de segurança alimentar e de combate à pobreza. Tal significa que este é um momento particularmente importante para articular governos, sociedade civil e organismos internacionais em torno dessa discussão. Sem dúvida que a sociedade civil dos PALOP beneficiaria muito se partilhasse com organizações de outros países as dificuldades e possibilidades que levem à construção institucional da segurança alimentar em seus países.

Foi nesse sentido que o *IFSN* considerou que a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III CNSAN) que teria lugar em Fortaleza /Brasil no mês de Julho constituía uma boa oportunidade para que outros países do Sul participassem na discussão e conhecessem a experiência brasileira nessa matéria, tendo para tal organizado a vinda de uma delegação da sociedade civil dos PALOP e um conjunto de actividades paralelas aquele evento.

**Objectivo geral:** Construção de um sistema nacional de segurança alimentar

**Objectivos Específicos:**

- Directrizes de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional como eixos estratégicos para o desenvolvimento com sustentabilidade;
- Bases para o marco regulatório e implementação do SISAN com vista a assegurar o direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.
- Directrizes, eixos e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Orientações para que o Estado Brasileiro promova sua soberania alimentar e contribua para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional.

Para atender a esses objectivos, foram definidos três eixos temáticos. O debate sobre esses eixos foi permeado pelas seguintes premissas: equidade; diversidade; sustentabilidade ambiental; soberania alimentar; direitos humanos, em particular o direito humano à alimentação adequada; participação social; e intersetorialidade.

### **Eixo Temático 1: Segurança Alimentar e Nutricional nas estratégias de desenvolvimento**

**Conteúdos:**

1. Avaliação das estratégias nacionais de desenvolvimento, com vistas a incorporar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e a sustentabilidade como componentes centrais;
2. Análise dos condicionantes da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional no cenário nacional e internacional, realçando o papel do Estado brasileiro e da sociedade civil frente aos mesmos.

### **Eixo Temático 2: Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Conteúdos:**

1. Formulação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em conta o balanço das políticas e acções públicas efectuado no Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Maio de 2006), englobando: i) Eixos articuladores, princípios e directrizes; ii) Objectivos e recursos orçamentários; iii) Indicadores e monitoramento; iv) Acções públicas de iniciativa da sociedade civil.

### **Eixo Temático 3: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Conteúdos:**

1. Proposição do marco regulatório do SISAN, considerando as esferas estadual e municipal, de modo a contemplar a intersetorialidade e englobando:
  - 1.1 A estruturação do sistema: atribuições, composição, funcionamento, mecanismos de planeamento, monitoramento, controle social e instrumentos recursais;
  - 1.2 Etapas e fases de implantação do Sistema.
2. Debate e articulação de iniciativas de construção de sistemas nacionais de SAN no cenário internacional.

**Observações Adicionais:**

1 - Os debates e deliberações da III CNSAN foram apoiados num Documento-base que contempla os três eixos temáticos. Para consultar todos os documentos de referência da III CNSAN por favor consulte <https://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/index.htm>.

2 - O Programa detalhado da Conferência pode ser consultado em <https://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Programa%E7%E3o.pdf>.

## ANEXO VI – Declaração de Fortaleza

### Declaração das Organizações, Redes e Plataformas da Sociedade Civil dos Países Africanos de Língua Portuguesa - Fortaleza, 5 de Julho de 2007 -

850 Milhões de pessoas continuam a sofrer de fome no mundo. Destes, 206 milhões lutam diariamente pela sobrevivência na África subsaariana, região onde se localizam os PALOP (Países Africanos de Língua Portuguesa). Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau mais de 30% da população sofre de fome. O número de vítimas da fome nos PALOP ronda os 15 Milhões de habitantes e tem suas raízes numa história comum e numa evolução divergente condicionada pela dinâmica económica e política global.

Os esforços nacionais e internacionais para resolução desta situação não têm tido a eficácia esperada pelo que o cumprimento da meta do milénio de reduzir para metade do número de pessoas que sofre de fome e pobreza até 2015 está longe de ser conseguido. Como é sabido, a ausência de políticas nacionais e acordos internacionais que respondam às necessidades e anseios das populações mais afectadas por este flagelo é, em grande parte, o motivo para a ineficácia das políticas em vigor.

Esta situação é evidente quando se sabe que as prioridades para a parceria estratégica Brasil – Portugal são a conclusão dos diversos acordos de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul/África assim como a promoção de um mercado internacional de Biocombustíveis.

Cada vez mais nos afastamos da esperança dos países africanos de língua portuguesa manifestada pelo Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, aquando da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996, que a acção concertada do Brasil e de Portugal deveria ser um instrumento efectivo de promoção do desenvolvimento dos Países Africanos e de restituição da esperança e dignidade a milhões de cidadãos deste espaço.

É urgente uma participação social forte e organizada que contribua para políticas e iniciativas relacionadas com a segurança alimentar e nutricional que invertam a tendência actual.

Foi neste sentido que nos dias 2 e 3 de Julho de 2007, os representantes de diversas organizações e redes da sociedade civil de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe se reuniram no *Seminário Internacional "A sociedade civil e a SAN nos PALOPs: possibilidades de articulação em rede"*, em Fortaleza, Brasil, para discutir a problemática do Direito Humano à Alimentação, da Segurança Alimentar e Nutricional e do Desenvolvimento Rural nos PALOP e para partilhar experiências entre os países. Este seminário e as demais actividades com a delegação foram organizadas pela ActionAid Internacional através do projecto IFSN (Rede Internacional de Segurança Alimentar), decorreu em paralelo à *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* do Brasil, organizada pelo CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

As organizações reunidas em Fortaleza, concluem pela importância da língua e da história comuns e da sua relevância para um trabalho conjunto no tema do Direito Humano à Alimentação Adequada e sua integração na agenda de uma estratégia de políticas soberanas de segurança alimentar e nutricional nos respectivos países.

Reconhecem, ainda, que é decisiva uma participação activa da sociedade civil nesses processos e acreditam que a articulação entre organizações dos vários países é, por isso, um passo fundamental.

Para tal decidem iniciar conjuntamente um trabalho de articulação em rede de forma a poderem participar com maior qualidade no diálogo com os respectivos governos e organismos internacionais entre as quais a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), a União Europeia e a CPLP, contribuindo



para a discussão de políticas soberanas de segurança alimentar e nutricional e reforço do princípio do direito humano à alimentação.

No sentido de iniciar essa acção conjunta e articulada, as organizações da sociedade civil aqui presentes e representantes dos cinco PALOP assumem as seguintes prioridades:

- 1) Promover acções de intercâmbio e troca de experiências entre os diferentes PALOP aumentando o nível de informação e conhecimento sobre a temática da segurança alimentar e nutricional, da soberania alimentar e do direito humano à alimentação;
- 2) Concertar esforços ao nível de cada país e entre os vários países no sentido de articular as organizações interessadas em trabalhar conjuntamente esses temas através de um trabalho em rede;
- 3) Realizar incidência e advocacia política conjunta e de forma solidária nos respectivos espaços nacionais procurando máxima prioridade para as políticas de combate á fome e promoção segurança alimentar e nutricional que incorporem os princípios da soberania alimentar e do Direito Humano à Alimentação.
- 4) Concertar acções ao nível regional e internacional, com particular atenção à CPLP, Agências das Nações Unidas, União Europeia, entre outros, procurando influenciar seus programas e políticas numa óptica de abordagem conjunta do espaço lusófono; A participação desta rede no diálogo com a UE e com o governo português no âmbito da Cimeira Europa – África é vista como um importante passo para o início deste processo.

Para isso assumem o compromisso de realizar a restituição nacional do encontro realizado aqui em Fortaleza, identificando e convidando outras organizações para integrarem as respectivas redes nacionais, elaborar diagnósticos da situação de segurança alimentar em cada país e elaborar um plano de trabalho conjunto de longo prazo das organizações e redes dos PALOP.

As organizações abaixo assinadas manifestam a sua firme convicção de que o início desta articulação em rede dos PALOP permitirá o reforço das suas capacidades de interlocução e acção a nível nacional e internacional contribuindo para uma maior democraticidade e eficácia das políticas de segurança alimentar e nutricional do conjunto dos países da CPLP.

#### **Organizações**

PLACON GB – Plataforma de Concertação das ONGs nacionais e estrangeiras da Guiné-Bissau  
FONGA – Fórum de ONGs Angolanas  
ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente – Angola  
PONGs – Plataforma das ONGs de Cabo Verde  
FONG – Plataforma de ONGs de São Tomé e Príncipe  
ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar – Moçambique

#### **Parceiro internacional**

IFSN (International Food Security Network) / ActionAid International

#### **Observadores e Instituições Académicas**

ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola  
Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (Angola)  
Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto (Angola)  
Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)

## ANEXO VII – Termos de Referência

### Proposta de Actividades Julho – Setembro 2007

1. Enviar uma nota informativa breve a todos os membros da Plataforma para dar a conhecer os resultados da reunião de Fortaleza, o trabalho a realizar durante o próximo mês e a organização de um seminário para apresentação dos diagnósticos.
2. Fazer a restituição dos resultados de Fortaleza no Seminário.
3. Contratação de um consultor de acordo com os Termos de Referência do **Anexo A**.
4. Apoio logístico ao consultor na realização das suas actividades;
5. Articulação do trabalho do consultor com as organizações presentes em Fortaleza e com o IFSN para apoio técnico.
6. Organizar o Seminário (ver informações sobre a organização do seminário no **Anexo B**).
7. Facilitar a articulação da rede nacional para a segurança alimentar.

### Anexo A – Termos de Referência do/a consultor/a I Fase do Diagnóstico Rápido sobre a situação de Segurança Alimentaria e Nutricional

#### 1. Enquadramento

---

De acordo com as últimas estimativas da FAO, correspondentes ao período de 2001 a 2003, mais de 850 milhões de pessoas no mundo não possuem alimentos suficientes para ter uma vida activa, saudável e decente.

Apesar dos esforços efectuados para reduzir o número de pessoas em situação de fome, até à data não foram ainda alcançados resultados significativos. Hoje em dia são produzidos alimentos suficientes no mundo para alimentar o dobro da população mundial actual; assim, é óbvio que o problema não está relacionado com a disponibilidade de alimentos, mas sim com a distribuição desigual dos recursos que permitem que as pessoas se alimentem, em parte devido à falta de vontade política dos Estados para cumprir com as suas obrigações. O acesso a uma alimentação adequada é um direito humano fundamental que implica obrigações por parte do Estado e responsabilidade colectiva.

Para conseguir avanços significativos na realização do direito à alimentação adequada de toda a população, é necessário começar por conhecer a situação de fome no país assim como o nível de compromisso do governo para procurar soluções eficazes a este grave problema. Tendo em conta que as organizações da sociedade civil estão normalmente muito próximas dos grupos vulneráveis que sofrem os impactos da fome, elas são actores-chave para identificar os problemas, e tentar pôr termo a essas situações, e incentivar mudanças de comportamento por parte das autoridades nacionais.

#### 2. Objectivo

---

O objectivo deste trabalho é realizar um diagnóstico sobre a situação da insegurança alimentar e nutricional com enfoque de direitos humanos no país, e validá-lo com os parceiros da sociedade civil.

---

### 3. Tarefas

---

1. Identificação das organizações da sociedade civil e das ONG que trabalham com a temática da segurança bem como das respectivas áreas de trabalho e zonas geográficas de intervenção;
2. Recolher informação sobre os indicadores básicos de insegurança alimentar e nutricional (ver **Anexo 1**); Estes indicadores devem ser recolhidos a nível nacional e, se houver disponibilidade de dados, a nível das diferentes regiões do país.
3. Analisar os documentos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento e/ou da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza para verificar a prioridade dada ao tema da segurança alimentar ao nível do país.
4. Verificar se no país existem políticas, estratégias ou planos de acção de segurança alimentar e nutricional e explicar como foi o processo de formulação respectivo.
5. Verificar se o país tem assumidos compromissos internacionais para a redução da fome e realização do direito humano à alimentação (Ver **Anexo 2**);
6. Apresentar os resultados do trabalho num Seminário da sociedade civil;
7. Realizar uma capacitação durante o seminário sobre conceitos básicos de segurança alimentar e nutricional;
8. Facilitar o Seminário com o objectivo articular as organizações para trabalharem conjuntamente esta temática.
9. Elaboração do documento final com base no diagnóstico realizado e nas conclusões do seminário.

### 3. Calendarização

---

O tempo estimado para a realização deste trabalho é de 1 mes (Agosto).

### 4. Produto

---

O documento final deve seguir acção estrutura definida no **Anexo 3**.

### 5. Perfil

---

- Possuir conhecimentos aprofundados sobre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Conhecimento das organizações da sociedade civil do país;
- Experiência na realização de estudos e pesquisas;
- Experiência na facilitação de grupos e de comunicação;

## ANEXO 1. Indicadores básicos de insegurança alimentar e vulnerabilidade

---

Os indicadores básicos são os seguintes:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): obtido pela esperança média de vida, a taxa de literacia e o PIB per capita;
- Índice de pobreza: percentagem da população abaixo da linha de pobreza;
- Índice sobre a desigualdade de rendimentos ou coeficiente de GINI;
- Número e percentagem da população subnutrida: população cuja ingestão de alimentos não cobre as suas necessidades energéticas de forma continuada;
- Má nutrição crónica (baixa estatura para a idade) e má nutrição global (baixo peso para a idade) entre crianças com menos de 5 anos de idade.

Estas informações podem ser obtidas nas seguintes páginas web:

Relatórios de desenvolvimento humano do PNUD [www.undp.org](http://www.undp.org)

Relatório de insegurança alimentar da FAO [www.fao.org/sof/sofi/index\\_en.htm](http://www.fao.org/sof/sofi/index_en.htm)

Objectivos de desenvolvimento do milénio <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx>

Banco Mundial <http://devdata.worldbank.org/wdi2005/section2.htm>

Devem também ser procuradas as fontes existentes em cada país (estudos e pesquisas recentes realizadas pelas instituições do Governo, organizações internacionais, sociedade civil...) de forma a se tomar conhecimento dos dados mais actualizados e mais específicos de cada país.

Como complemento à informação geral do país, deve-se também recolher as informações disponíveis sobre os indicadores de insegurança alimentar entre grupos específicos e áreas geográficas mais vulneráveis.

## **ANEXO 2. Compromissos internacionais para a redução da fome e realização do direito humano à alimentação**

---

Principais compromissos internacionais para a redução da insegurança alimentar:

- Cimeira Mundial para a Alimentação (CMA) do 1996
- CMA cinco anos depois (2002)
- Declaração dos Objectivos do Milénio (2000)

Principais tratados e convenções relativas aos direitos humanos (consultar a página de Internet do Escritório do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos: [www.ohchr.org/english/countries/](http://www.ohchr.org/english/countries/)).

- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC),
- Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP),
- Convenção sobre os Direitos da Criança,
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
- Convenções Internacionais de Organizações do Trabalho (liberdade de associação, direito de organização...)
- Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos (<http://www.oau-oua.org>).

## **ANEXO 3. Estrutura do documento final: algumas recomendações**

---

### **1. Introdução (1/2 página)**

Incluirá uma explicação sobre o objectivo do documento e o seu conteúdo: análise de situação, compromissos,...e as pessoas e instituições que desenvolveram o trabalho.

### **2. Metodologia (1 parágrafo)**

Será apresentada, de forma esquemática, uma explicação sobre a metodologia usada (documentação e seminário participativo).

### 3. Situação de insegurança alimentar e nutricional no país (3 páginas, no máximo)

Esta secção deve transmitir uma ideia clara acerca da situação de insegurança do país, os grupos mais vulneráveis, as zonas geográficas que apresentam os níveis mais elevados de vulnerabilidade, etc.

Os dois parágrafos iniciais devem sintetizar os dados mais básicos, o que proporcionará ao leitor um conhecimento rápido acerca da geografia, demografia e situação político-social do país.

O texto deve evidenciar os indicadores mais representativos entre aqueles referidos anteriormente. Não se trata de incorporar todos esses indicadores no diagnóstico final; pelo contrário, pretende-se que seja feita uma selecção cuidadosa dos indicadores mais relevantes.

Depois destes passos, devem fornecer-se informações gerais acerca dos grupos em áreas geográficas onde a situação se encontra mais vulnerável.

### 4. Grau de prioridade e compromisso do Governo na redução da fome

#### ▪ Estratégias e políticas nacionais (2 página máximo)

Esta secção deve indicar o grau de prioridade e compromisso político dado a segurança alimentar e nutricional no país.

Deverá especificar se a SAN aparece explicitamente na Estratégia Nacional de Desenvolvimento e/ou da Estratégia Nacional de combate à Pobreza e se aparece como sector prioritário com acções definidas para sua redução, ou simplesmente aparece ligado a redução da pobreza.

A continuação se devera indicar se existe no país uma Política de SAN, uma Estratégia de SAN e/ou um Plano de Acção de SAN, e como foi ou foram os processos de formulação (quem o fez, quem participou...)

#### ▪ Compromissos internacionais (2 páginas no máximo)

Primeiro, haverá uma indicação relativamente à subscrição e ratificação de declarações relativas a redução da fome (CMA, CMA:5 anos depois, ODM...)

Em seguida mencionam-se os tratados e convenções sobre direitos humanos por parte do país em questão. Se o país não ratificou o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) nem o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), isto deve ser claramente referido e, se possível, devem explicar-se as razões deste facto.

### 5. Seguintes passos no diagnóstico (1 páginas no máximo)

A última secção deverá recolher as propostas e recomendações realizadas no seminário das organizações da sociedade civil relacionadas com a continuação do diagnóstico.

## Anexo B – Recomendações para a organização do seminário

Durante o diagnóstico será organizado um seminário que se destina aos actores da sociedade civil mais directamente envolvidos na segurança alimentar e nutricional.

Antes da reunião, deve-se definir os objectivos, programa, lista de participantes e orçamento do seminário. Para além disso, deve-se definir com o facilitador (consultor do diagnóstico) a metodologia, os materiais necessários e a pessoa a cargo de cada acção. Antes do evento, é necessário identificar e visitar um local para se realizar o seminário e tratar de todos os pormenores logísticos do evento com os proprietários desse local.

Estas são algumas recomendações para a organização do seminário:

- a) O convite para o seminário deve ser enviado pelo menos até dez dias antes do início deste. Uma semana antes do encontro, os participantes devem ser contactados por telefone para confirmar a sua presença.
- b) A informação do convite deve incluir: carta de convite, objectivo e programa do seminário, e o documento que será discutida ao longo do seminário.
- c) Os materiais a serem utilizados devem preparar-se previamente: data-show, flip-chart, cartões, etc.
- d) Pelo menos dois organizadores devem participar no evento: um como facilitador (consultor) e o outro para registar os comentários, conclusões e recomendações. O facilitador deve ter conhecimento de dinâmicas de grupos e participativas e ser conhecedor dos produtos que se querem alcançar. Deve também ser neutro ao longo de todo o evento e claro e conciso nas suas observações e propostas
- e) O seminário não deve ter mais de 40 participantes.
- f) A duração máxima do encontro deve ser de um dia.
- g) O facilitador deve organizar as participações das pessoas e fazer um sumário das questões abordadas e das conclusões a que se chega no final de cada sessão.
- h) Depois de terminado o seminário, a equipa de coordenação deve elaborar um memorando com os pontos mais importantes discutidos e as conclusões alcançadas para enviar a todos/as participantes.

## ANEXO VIII – Notas de Imprensa

A reunião de Fortaleza conseguiu uma boa cobertura sobretudo por parte da imprensa portuguesa e brasileira mas também de alguns PALOP. Listamos os principais órgãos noticiosos que referiram a iniciativa e reproduzimos alguns exemplos de notícias:

- Agência Lusa
- Portugal Diário
- Diário Digital
- Digital News – Jornal digital de Angola
- Notícias Lusófonas
- Grupo Paralaxe
- Fátima Missionária
- Jornal do Brasil on line

### **Pelo direito à alimentação** [http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=828326&div\\_id=291](http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=828326&div_id=291)

2007/07/03 | 18:49

#### **PALOPs reúnem-se num repto à presidência portuguesa e à cimeira Europa-África**

Organizações dos PALOPs estão reunidas até ao próximo dia 7 para discutirem o problema do direito à alimentação, à segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural nos Países Africanos de Língua Portuguesa.

Em nota enviada ao *PortugalDiário*, o seminário, organizado pela ActionAid Internacional, explica que o objectivo é alertar Portugal para que «no âmbito da presidência da União Europeia e da futura cimeira Europa-África» sejam reforçados os mecanismos de ajuda e construção para o continente africano.

Entre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe são debatidos os temas do Direito Humano à Alimentação Adequada e a forma de dialogar com as organizações das Nações Unidas, a União Europeia e a CPLP levando-lhes este apelo.

Este seminário, organizado pela ActionAid Internacional através da Rede Internacional de Segurança Alimentar decorre em paralelo à III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil, organizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

### **ONG dos países africanos lusófonos juntas contra a fome**

<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=18286&category=CPLP>

Organizações Não-Governamentais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) presentes na Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, a decorrer no Brasil, vão trabalhar em rede com a sociedade civil na luta contra a fome, foi hoje anunciado.

"Foi formalmente assinado o acordo de parceria para começarmos a trabalhar em rede e para construir redes de parceria com a sociedade civil em cada um dos países", afirmou Francisco Sarmento, director global da ActionAid.

Promover acções de intercâmbio e troca de experiências entre os diferentes PALOP, tornar a fome uma prioridade nas políticas e nas preocupações dos governantes e concertar acções e vias de diálogo com as agências das Nações Unidas, a União Europeia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) são os principais objectivos deste acordo.

As organizações consideram ainda como "um importante passo" a participação desta rede no diálogo com a União Europeia e com o governo português no âmbito da Cimeira UE/África.

Francisco Sarmiento destacou que esta é a primeira vez que a sociedade civil dos PALOP "resolve começar a trabalhar e a desenvolver esforços para que a questão da fome comece a ser uma prioridade nas acções dos seus governos e das organizações humanitárias".

Apesar de estar "muito contente" com o acordo assinado, o responsável admite que as organizações e a sociedade civil ainda têm "um longo caminho" a percorrer e que precisam de "imenso apoio".

Entre as ONG que assinaram o acordo está a Plataforma de Concertação das ONG nacionais e estrangeiras da Guiné-Bissau, o Fórum de ONG Angolanas, a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente de Angola e a Federação das ONG de Cabo Verde.

Assinaram também o acordo a Plataforma de ONG de São Tomé e Príncipe e a Rede de Organizações pela Soberania Alimentar, de Moçambique.

A ActionAid é uma Organização Não-Governamental internacional de luta contra a pobreza, criada em 1972 e que trabalha actualmente em 42 países mais desfavorecidos.

## **ActionAid desafia Portugal a promover políticas contra fome**

[http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section\\_id=13&id\\_news=284212](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=13&id_news=284212)

**O director global da ActionAid, Francisco Sarmiento, desafiou Portugal a promover, no âmbito da presidência da União Europeia (UE), a participação da sociedade civil nas políticas de luta contra a fome em África.**

«Portugal tem aqui um papel no âmbito da presidência da UE, porque vai organizar a cimeira UE/África, que é o lugar onde se vai discutir a política europeia em relação àquele continente», disse à agência Lusa Francisco Sarmiento daquela Organização Não-Governamental (ONG).

Para o responsável, «Portugal pode utilizar a cimeira para fazer com que as políticas europeias relativamente às ajudas na luta contra a fome em África tenham uma forte participação da sociedade civil».

O responsável está no Brasil a participar no seminário internacional «A sociedade civil e a Segurança Alimentar e Nutricional nos PALOP: possibilidades de articulação em rede», que se realiza no âmbito da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Um dos objectivos dessa iniciativa é criar com várias ONG uma rede que garanta a segurança alimentar e nutricional nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Para isso, a ActioAid considera que Portugal pode desempenhar um papel importante na promoção do envolvimento da sociedade civil na luta contra a fome.

«No conjunto dos PALOP, a situação da fome é particularmente grave. Entre os países da África subsariana, estão todos inseridos no ranking dos países com mais insegurança alimentar», disse Francisco Sarmiento.

De acordo com dados oficiais relativos a 2006, Moçambique tem 44% da população subnutrida, seguido da Guiné-Bissau (39 por cento), Angola (35 por cento) e São Tomé e Príncipe (10 por cento).

Não existem dados relativos à situação em Cabo Verde.

Em declarações à Lusa, Francisco Sarmiento disse que o Brasil está a desenvolver políticas de luta contra a fome «que só são diferentes porque têm a participação da sociedade civil».



«Este modelo só pode ser implementado nos PALOP se houver uma sociedade civil organizada e que possa conversar com governos sobre esta luta», afirmou.

Para o director global da ActionAid, «há hoje uma coincidência histórica que fortalece uma parceria entre Brasil, Portugal, Angola, que poderiam liderar no cenário internacional num conjunto de acções na luta contra a fome».

«O Brasil, porque já lidera claramente naquela região essa luta. Angola, porque com uma taxa de crescimento de 30 por cento por ano e com uma independência absoluta face aos doadores tem todas as condições para se impor e mobilizar neste sentido. E Portugal, porque assume a presidência da UE», defendeu o responsável.

Francisco Sarmiento lamentou ainda que não esteja «um único representante português» no Brasil a participar na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

«Isso mostra como estamos isolados, o que é uma pena no momento em que Portugal tem responsabilidade de presidir à União Europeia», sublinhou.

A ActionAid é uma Organização Não-Governamental britânica de luta contra a pobreza, criada em 1972 e que trabalha actualmente em 42 países mais desfavorecidos.

Diário Digital / Lusa

04-07-2007 13:47:15